

A forte geada de 1975 repercutiu enormemente em todo o sector cafeeiro, colocando novamente o mercado interno diante da necessidade do abastecimento da matéria-prima dos estoques do IBC, que por sua vez retorna à sistemática de tabelamento de preços. Essa situação perdurou de julho de 1976 a junho de 1977, quando se passou a fonte do abastecimento das indústrias, do IBC, para os exportadores, através do Programa de Suprimento Vinculado à Exportação (PROMIVE).

Deve-se observar que, nesse período, os países importadores promoveram campanhas de boicote ao consumo de café, numa tentativa de barrar as altas de preços. Para não ceder às pressões feitas, o IBC não só manteve seus preços mínimos de exportação, como canalizou parte da produção dos exportadores para o mercado interno.

Assim, o PROMIVE definia as fatias da oferta brasileira destinadas ao consumo interno e à exportação, qual seja, 1/3 para o consumo interno e 2/3 para exportação (14).

Em 1978, quando decidiu-se abandonar a política extremamente valorizacionista, extingue-se o PROMIVE ficando o mercado novamente livre (15).

Com a liberação do mercado, houve oportunidade de ingresso, de uma empresa multinacional ligada ao setor - líder na comercialização de filtro de papel. Essa empresa recebeu do IBC a concessão para atuar na linha de torrefação e moagem, o que causou grande insatisfação por parte das indústrias já instaladas, diante da capacidade ociosa existente. O registro concedido a esta empresa veio contrariar as diretrizes oficiais que pregavam o estímulo às empresas nacionais de pequeno e médio porte.

(14) Para isto, o IBC emitiu Certificados de Quotas às indústrias, habilitando-as, na proporção de suas respectivas participações passadas no mercado, a adquirir café das firmas exportadoras ao preço máximo de Cr\$2.000,00 a saca. A transação sendo feita, os certificados eram passados aos exportadores, que os utilizavam para fazer o registro de suas exportações.

(15) Deve ser mencionado que este programa foi considerado como vitória para a indústria doméstica, pela limitação da oferta externa em função do consumo interno.

Em 1980, nova intervenção é feita no mercado por IBC diante da baixa produção obtida, perdurando até meados de 1981. Essa situação, de fases de intervenção alternadas por fases de liberdade, compreendida pela indústria de torrefação e moagem, levou-a a cobrar do IBC uma política definida para o setor (16).

Do que foi exposto conclui-se que a política de mercado interno sempre foi subordinada aos interesses da exportação do café. Essa política teve, entretanto, duas fases bem distintas, que correspondem aos períodos de excesso e escassez de produção já descritos. Na década de 60, o estímulo ao consumo interno se fez graças aos pesados subsídios concedidos à matéria-prima, que resultou passar a ser o Brasil o segundo consumidor de café do mundo. Observe-se que nessa fase a política, embora talvez pouco eficiente em termos do uso de recursos, causou poucas fricções, na medida em que beneficiava os consumidores e facilitava a gestão de estoques.

Entretanto, o mesmo caráter de subordinação mencionado implicou numa mudança radical de política ao longo dos anos 70, quando o país entra numa fase de escassez. Agora, o problema consiste em ajustar residualmente o mercado às disponibilidades e aos volumes de exportação, em condições de flutuação da produção semelhantes à década passada. Para tanto, a variável básica de controle foi a rápida e severa elevação dos preços ao nível de varejo. Entretanto, para não pressionar excessivamente o índice geral de preços, o tabelamento não acompanhou a mesma proporção dos aumentos de preços da matéria-prima. Sendo assim, para se garantir a efetividade dos preços tabelados era forçosa a complementação do mercado pelo IBC a preços subsidiados, nos períodos em que a margem se estreitava demais.

Porém, isso não impediu que em relação aos meses de 1967 os preços reais no varejo se elevassem entre 10 e 15 vezes na década de 70, resultado dificilmente observado para qualquer outro produto de alguma relevância no consumo doméstico. Nesse sentido, e embora o café não seja um alimento básico como o feijão, observa-se também um momento de restrição ao do consumo interno em favor do maior volume de vendas ao exterior (17).

(16) A este respeito ver LEITE (17).

(17) A este respeito ver MENDONÇA DE BARROS E GRAHAM (21).